



AMAPÁ: MAIS UMA EVIDENCIA DE QUE PRIVATIZAR É UM CRIME CONTRA O POVO



Um incêndio num transformador de propriedade da empresa espanhola ISOLUX CORSA numa subestação de Macapá causou perda total na unidade e provocou um blecaute que afetou praticamente toda a população do estado de Amapá. Quase 700 mil pessoas ficaram vários dias sem energia elétrica, que ainda não foi totalmente restabelecida.

Para Ikaro Chaves, funcionário da Eletronorte, em entrevista ao Brasil 247, “É muito provável que tenha havido negligência por parte da empresa. Esses equipamentos não deveriam ter falhado”. Segundo Ikaro, em outros estados em que a privatização do setor ocorreu, como Rondônia, Acre e Goiás, a população está sofrendo com os aumentos abusivos das tarifas e as constantes quedas de energia, que afetam o abastecimento de água e geram problemas em cadeia.

A ISOLUX tem histórico de maus serviços prestados em outros países. De acordo com o diretor do Sindicato dos Urbanitários do Maranhão (STIU/MA), Wellington Diniz, em 2014, a ISOLUX deu um prejuízo de US\$ 476 milhões ao estado de Indiana, nos Estados Unidos. Aqui no Brasil, em Macapá, a empresa não conseguiu sequer fazer o reparo do transformador e pediu ajuda à estatal brasileira ELETROBRAS, que enviou técnicos do Pará, Maranhão e Rondônia para solucionar o problema.

O governo Bolsonaro anunciou que irá privatizar a

ELETROBRAS e justifica a privatização nos altos custos de manutenção, serviços ruins e caros e no suposto prejuízo que a estatal estaria dando. Ocorre que para muito além do lucro, a função da empresa pública é garantir o bom atendimento à população, que tem direito aos serviços de produção e distribuição de energia. Prova disto é que foram os técnicos da ELETROBRAS que foram convocados para prestar socorro à empresa internacional. Além do mais, no terceiro semestre de 2019, a ELETROBRAS registrou lucro líquido de R\$ 716 milhões e no acumulado de nove meses, o lucro alcançou R\$ 7,624 bilhões.

Casos como este do Amapá, ou os acidentes em Brumadinho e Mariana, provocados pela VALE, privatizada a preço de banana no governo FHC, comprovam que ao capital privado só interessa o lucro. Ao anunciar a privatização de setores cruciais para o desenvolvimento do país, o atual governo mostra que não tem nenhum interesse em melhorar a economia brasileira, que é um serviço do capital financeiro e busca aplicar a política de “terra arrasada” na economia brasileira para favorecer o imperialismo.

Os trabalhadores devem lutar intransigentemente contra essa política lesa-pátria, defendendo seus interesses e a soberania nacional.

Não às privatizações!

Leia e assine o MANIFESTO PELA FRENTE ÚNICA DE ESQUERDA NO BRASIL
através do link: <https://forms.gle/evs2hav32pkRDizQ9>



PRIVATIZAÇÕES AMEAÇAM SEGURANÇA DOS DADOS DA POPULAÇÃO, DAS EMPRESAS E DO GOVERNO

Na primeira semana de novembro, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) sofreu um ataque hacker, que paralisou os trabalhos da Corte. O caso revelou o que pode ser um dos sérios problemas da privatização dos serviços de armazenamento de dados no país.

O STJ, ao contratar serviços na área de informática, escolheu a empresa de tecnologia da informação Globalweb Outsourcing. Segundo ampla divulgação, esta empresa foi a que mais recebeu dinheiro do STJ em 2020, R\$ 13,72 milhões, em dois contratos diferentes de prestação de serviços, firmados em 2017 e 2018, e prorrogados desde então. Trata-se de empresa ligada à mulher do advogado Frederick Wassef, investigada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) por tráfico de influência.

No ataque, uma grande quantidade de dados foi indevidamente acessado e criptografado e paralisou as atividades do tribunal, alterando prazos de processos e cancelando audiências. Em situações como esta o hacker pede resgate para a sua devolução, prática conhecida como ransomware.

Questões de cibersegurança e de proteção de dados no setor público estão no centro das atenções neste momento. Quando afirmamos que empresas como SERPRO e DATAPREV não podem ser privatizadas estamos invocando a proteção de dados, estamos afirmando que os mecanismos de proteção dos dados nestas empresas públicas acontecem de forma muito rigorosa.



REFORMA TRABALHISTA COMPLETA TRÊS ANOS



Aprovada no governo de Michel Temer, em 2017, a Reforma Trabalhista representou o desmonte de princípios fundamentais de proteção ao emprego e ao trabalho, inscritos na CLT. Seus resultados foram a precarização das condições de trabalho, dos contratos de trabalho e a promessa de geração de empregos com a redução do custo do trabalho, não passou de balela.

Ocorre que atualmente são 14 milhões de desempregados no país e 45% da População Economicamente Ativa está fora do mercado de trabalho.

O governo Bolsonaro, insatisfeito com o que já foi imposto de perdas à Classe Trabalhadora Brasileira, tem aprofundado os ataques por meio de medidas

provisórias que retiram ainda mais direitos, como é o caso da Carteira Verde Amarela que representa a escravidão.

Somente a luta unificada dos trabalhadores brasileiros poderá dar uma resposta à altura desses ataques.

DEMISSÕES DOS APOSENTADOS: EMPRESAS PÚBLICAS AMPLIAM CAMINHO PARA PRIVATIZAÇÃO

No dia 10 de novembro, a direção dos Correios dispensou diversos trabalhadores aposentados em todo País. Depois de tirar basicamente todos os direitos conquistados ao longo de lutas históricas da categoria, de perseguir e assediar os trabalhadores, especialmente aqueles que fizeram a greve, a direção dos Correios lança mão da aposentadoria compulsória e faz mais esse ataque aos seus empregados.

Igual situação tem acontecido em outras Estatais pelo Brasil afora, como é o caso do SERPRO, DATAPREV, PRODEMGE, por exemplo. As demissões dos aposentados estão ligadas à redução do passivo trabalhista, para logo depois, entregarem mais o patrimônio do povo à iniciativa privada.

A única saída para a classe trabalhadora é a sua unidade, organização e luta. Somente assim ela poderá enfrentar o desmonte da ECT e frear os processos de privatização.



INTERVENTOR NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PARAÍBA



O governo Bolsonaro avança no seu projeto autoritário frente às Universidades Públicas e põe em prática a política de destruir a autonomia universitária.

Na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a comunidade acadêmica foi surpreendida pela nomeação, como Reitor, do candidato que teve menos de 5% dos votos na consulta interna.

O governo pretende desmontar a gestão das Instituições de Ensino Superior, criando um cenário de controle e autoritarismo, com o objetivo de privatização da educação pública superior.

Só a luta dos trabalhadores em todo Brasil será capaz de frear as investidas privatistas deste governo.